Prieto, Emanuel Rosa de Oliveira, Luciomar Araújo Bastos e Mundial Viagens e Turismo Ltda, todos devidamente qualificados nos autos.

Narra o autor que o Ministério Público de Mato Grosso instaurou procedimento preparatório de inquérito civil para apurar possíveis atos ilegais apontados na representação ofertada pelo Movimento Organizado pela Moralidade Pública e Cidadania – ONG Moral, praticados pelo Defensor Público Geral, à época, o requerido André Luiz Prieto.

Relata que dentre os fatos noticiados, consta o contrato de locação de ônibus, micro-ônibus e vans junto à empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda, cujo valor total da contratação atingiu o patamar de R\$ 404.500,00 (quatrocentos e quatro mil e quinhentos reais).

Assevera que com a instauração do procedimento preparatório para apuração dos fatos, SIMP nº 001920-023/2011, foram requisitadas informações e documentos ao requerido André Luiz Prieto, à época Defensor Público Geral, os quais foram entregues apenas após a expedição de ofício de reiteração.

Alega que pelos documentos entregues, constatou-se que a Defensoria Pública de Mato Grosso firmou com a Mundial Viagens e Turismo Ltda o contrato n.º 018/2011- DP/MT, no dia 07.04.2011, após aderir a Ata de Registro de Preço nº 15/2010 da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Diz que no dia 09.04.2011, a Defensoria Pública de Mato Grosso emitiu nota de Ordem Bancária nº 10101.0001.11.00896-1, pela qual foi efetuado o pagamento de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais) à empresa requerida, Mundial Viagens e Turismo Ltda, por supostos serviços prestados na locação de dois ônibus, dois micro-ônibus e duas vans no período de 07 a 14.04.2011, conforme a fatura de serviço expedida pela empresa.

Apona que a nota de ordem bancária foi assinada pelo ordenador de despesas, o requerido André Luiz Prieto, e pelo então coordenador financeiro da Defensoria Pública, Sr. Walter de Arruda Fortes.

Menciona que chegou ao conhecimento da Promotoria de Justiça, por meio de documento atribuído ao Sr. Walter de Arruda Fortes, que os serviços pagos à Mundial Viagens e Turismo Ltda, indicados na fatura nº 022/2011, jamais foram executados, sendo fictícios.

Afirma que, diante disso, a Promotoria de Justiça converteu o procedimento preparatório em Inquérito Civil, determinando várias diligências, dentre as quais a notificação do Sr. Walter de Arruda Fortes para prestar esclarecimentos.

Relata que o notificado compareceu na Promotoria no dia 17.04.2012 e afirmou que pelo seu conhecimento o serviço contratado não foi prestado.

Aduz que também foi realizada a oitiva do requerido Luciomar Araújo Bastos, sócio proprietário da empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda., o qual afirmou que os serviços contratados foram prestados de maneira parcial, já que, segundo ele, apenas os ônibus foram utilizados pela Defensoria Pública.

Relata que para sustentar a versão dos fatos foi protocolizado no dia 04.05.2012, no Ministério Público, um contrato de prestação de serviço firmado pela Mundial Viagens com a empresa Doannytur Agencia de Turismo, que teoricamente comprovaria o fretamento de ônibus para a Defensoria Pública.

Menciona que o referido contrato além de não fazer qualquer referência a viagens a serviço da Defensoria Pública, foi assinado em 31.01.2012, ou seja, dez meses após o pagamento da fatura nº 022/2011, cujo serviço teria sido prestado no mês de abril de 2011.

Esclarece que, nos mesmos moldes, foi entregue ao Parquet cópia de recibo emitido pela empresa Evatur Transportes Ltda em favor da Mundial Viagens, datada de 14.02.2012.

Assevera que o requerido Luciomar Araújo Bastos protocolou, também, cópia de suposto comunicado enviado pela empresa Mundial Viagens a Defensoria Pública para devolução de valores pagos pelo uso parcial dos veículos, assim como a respectiva resposta do Defensor Público manifestando a intenção de utilizar o saldo remanescente em futuras contratações.

Pontua que o comunicado dirigido a Defensoria Pública de Mato Grosso não foi apresentado ao setor de protocolo do órgão, mas recebido diretamente pelo então Defensor Público Geral, o requerido André Luiz Prieto, com data e assinaturas manuais.

Afirma que o ofício de resposta do Defensor Público Geral à Mundial Viagens, padece de vício semelhante. O documento foi grafado como “Ofício S/Nº/DPG/MT”, ou seja, ofício sem numeração.

Relata que na tentativa de obter informações acerca das viagens realizadas pela Defensoria Pública, requisitou-se ao Defensor Público Geral dados detalhados do objeto da fatura nº 22/2011, tais como itinerário de cada veículo locado, nome dos motoristas responsáveis, nome dos passageiros, bem como o motivo e justificativa da viagem. Entretanto, as

informações prestadas pelo requerido André Luiz Prieto foram genéricas e pouco elucidativas.

Menciona que as mesmas informações foram requisitadas à empresa Mundial Viagens, e a resposta além de ser genérica e imprecisa, contrariou a previsão contratual acerca da obrigatoriedade das listas de passageiros.

Assevera que foi requisitado junto à Secretaria Municipal de Fazenda relatório e cópia de todas as notas fiscais declaradas pelo contribuinte Mundial Viagens e Turismo Ltda entre abril e dezembro de 2011, sendo analisado que não houve a emissão de notas fiscais cujo tomador de serviços tenha sido a Defensoria Pública, o que torna o pagamento realizado, além de irregular, totalmente suspeito, segundo o autor.

Esclarece que o requerido Emanuel Rosa de Oliveira, chefe de gabinete do requerido André Luiz Prieto, atestou a fatura nº 0022/2011.

Diz, ainda, que foram apontadas 36 (trinta e seis) irregularidades no relatório do Tribunal de Contas do Estado sobre os gastos da Defensoria Pública no ano de 2011, a maioria delas consideradas graves, entre as quais se inclui o pagamento sem comprovação de viagens à empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda.

Por essas razões, assentando a ocorrência de dano ao erário no importe de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil e novecentos e sessenta reais), requer a condenação dos requeridos às sanções previstas no art. 12, incisos II e III da Lei de Improbidade Administrativa.

Instruiu a petição inicial os documentos de fls. 32/1.040.

Foi determinada a notificação dos requeridos (fl. 1.041).

O requerido Emanuel Rosa de Oliveira apresentou manifestação preliminar às fls. 1.053/1.058.

O demandado André Luiz Prieto apresentou manifestação preliminar às fls. 1.064/1.079.

Mundial Viagens e Turismo Ltda. e Luciomar Araújo Bastos apresentaram manifestação preliminar às fls. 1.085/1.102.

Rejeitadas as preliminares apresentadas pelos requeridos, a inicial foi recebida, sendo determinada a citação dos demandados e a intimação do Estado de Mato Grosso (fls. 1.108/1.113).

O Ministério Público acostou documentos às fls. 1.114/1.138.

O Estado de Mato Grosso pediu seu ingresso no polo ativo da lide (fl. 1.140).

O requerido André Luiz Prieto apresentou contestação às fls. 1.187/1.214.

O demandado Emanuel Rosa de Oliveira apresentou contestação às fls. 1.218/1.225.

Mundial Viagens e Turismo Ltda e Luciomar Araújo Bastos apresentaram contestação às fls. 1.236/1.263.

O Ministério Público Estadual apresentou impugnação às contestações (fls. 1.265/1.283).

O Estado de Mato Grosso impugnou às contestações às fls. 1.296/1300.

Às fls. 1.307/1.309, o feito foi saneado, sendo determinada a intimação das partes para especificarem as provas a serem produzidas, assim como foi considerada válida a intimação enviada ao requerido Emanuel Rosa de Oliveira para constituir novo patrono, sendo determinado o prosseguimento do feito independente de nova intimação.

O Ministério Público requereu o julgamento antecipado da lide (fl. 1.310).

O Estado de Mato Grosso informou que não havia provas a serem especificadas (fl. 1.311).

Os requeridos Mundial Viagens e Turismo Ltda e Luciomar Araújo Bastos pugnaram a produção de prova testemunhal e a colheita de depoimento pessoal dos requeridos (fl. 1.314/1.315).

Os demais requeridos, apesar de intimados, nada manifestaram, conforme certificado às fls. 1.317.

O decisum de fls. 1.318 designou audiência de instrução.

Na audiência realizada no dia 23.08.2018, foi homologada a desistência da oitiva das testemunhas arroladas pelos requeridos Mundial Viagens e Turismo Ltda e Luciomar Araújo Bastos, assim como convertido as alegações orais em memoriais escritos (fl. 1.321).

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso apresentou memoriais às fls. 1.323/1.332.

O Estado de Mato Grosso ratificou os memoriais do Parquet (fl. 1.333).

Os requeridos Mundial Viagens e Turismo Ltda e Lucioma Araújo apresentaram memoriais finais às fls. 1.334/1.342.

Foi determinada a certificação quanto ao decurso de prazo para apresentação de memoriais finais dos requeridos André Luiz Prieto e Emanuel Rosa de Oliveira.

O requerido Emanuel Rosa de Oliveira requereu o restabelecimento dos prazos processuais e a juntada de novo instrumento procuratório (fl. 1.346).

Foi realizada a intimação dos requeridos Emanuel Rosa de Oliveira e André Luiz Pietro para apresentarem memoriais finais (fl. 1.351).

O requerido Emanuel Rosa de Oliveira apresentou rol de testemunha (fl. 1.352).

Certificou-se o decurso de prazo para apresentação dos memoriais finais (fl. 1.367).

É a síntese.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

2. Fundamentação: Mérito.

Ab initio, considerando que o requerido Emanuel Rosa de Oliveira tornou-se revel, diante do fato de que foi intimado para regularizar a representação processual e quedou-se inerte (art. 76, inciso II, do CPC) e, ainda, considerando que os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial (art. 346 CPC), não há falar-se em restabelecimento dos prazos legais.

Além disso, registro que, apesar de ter sido intimado para apresentar memoriais através de sua nova patrona, constituída após o encerramento da fase instrutória, o requerido ao invés de apresentar suas razões finais trouxe aos autos rol de testemunha mesmo com a fase instrutória já encerrada.

Outrossim, conigno que as matérias preliminares suscitadas pelos requeridos Mundial Viagens e Turismo Ltda e Lucioma Araújo em sede de memoriais já foram analisadas e afastadas por ocasião da decisão saneadora, razão pela qual assento a sua preclusão.

Com essas considerações, passo ao julgamento do feito, expondo as razões de meu convencimento.

Analisando os autos, tenho que assiste razão ao autor quanto às irregularidades na locação de ônibus, micro-ônibus e vans entabulada entre a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda, pois, da análise dos elementos de prova colhidos, outra não poderia ser a conclusão.

Ressai dos autos representação formulada pela ONG Moral, noticiando diversas irregularidades atribuídas ao então Defensor Público Geral André Luiz Pietro, dentre elas, a locação de ônibus, micro-ônibus e vans com a empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda. (fls. 40/46).

Ademais, consta nos autos, o Contrato nº 018/2011/DPP, firmado em 07.04.2011 entre a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a empresa requerida Mundial Viagens e Turismo Ltda, representada pelo sócio proprietário Lucioma Araújo Bastos, tendo como objeto a locação de ônibus, micro-ônibus e vans para atender a demanda da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (fls. 163/170).

Há, ainda, a fatura nº 022/2011, no valor de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), emitida em 15.04.2011, discriminando a locação de 02 (dois) ônibus, 02 (dois) micro-ônibus e 02 (duas) vans para serem utilizados no período de 07.04.2011 a 14.04.2011.

Outrossim, destaca-se nos autos, a comunicação interna, assinada pelo requerido André Luiz Prieto, determinando o pagamento da quantia de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), espelhada na fatura nº 022/2011 (fl. 213), assim como a nota de liquidação e ordem bancária do valor supracitado (fl. 223/224).

De mais a mais, ressei dos autos Relatório de Documentos Fiscais declarado pela requerida Mundial Viagens e Turismo Ltda, emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda, no qual é possível notar que no período de abril a dezembro de 2011 não foram emitidas notas fiscais tendo como prestadora de serviço a Defensoria Pública de Mato Grosso (fls. 304/358).

Para além disso, sobressai do feito o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no qual é

possível notar que foram constatadas diversas irregularidades na administração do requerido André Luiz Prieto à frente da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, dentre as quais, a ausência de documentos comprobatórios de despesa relativas ao pagamento de R\$ 248.880,00 (duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos e oitenta reais) à empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda, valor no qual está inserido o montante de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais) (fls. 371/415 – item 5 e 5.2)

Consta nos autos ainda Termo de Declarações prestadas por Walter de Arruda Fortes, que à época dos fatos exercia o cargo de coordenador financeiro da Defensoria Pública, no qual é possível constatar que foram observadas irregularidades em relação à locação dos veículos, verbis:

“Que trabalhou na Defensoria Pública no período de 2007 a agosto de 2011, como coordenador financeiro, contratado como Assessor Especial da Defensoria, sendo que foi exonerado, conforme publicação do dia 15 de agosto de 2011. Que coordenava os setores de financeiro e planejamento da Defensoria. Afirmo que depois da posse de Prieto como Defensor Geral, houve uma mudança na tramitação de alguns procedimentos para certos pagamentos específicos, sendo que alguns pagamentos o controle era feito diretamente no gabinete pelo Sr. Emanuel, Chefe de Gabinete de Prieto. Então enquanto alguns pagamentos ocorriam normalmente passando pelo administrativo e setor financeiro, outros já vinham com nota atestada direto do gabinete para o financeiro com a ordem de pagamento. Com relação ao contrato firmado com a empresa Mundial Viagens para locação de ônibus, micro-ônibus e vans, afirmo que este foi um dos contratos cujo controle de prestação de serviços e ordem de pagamento foi feito diretamente pelo Gabinete do Defensor Geral Prieto e seu Chefe de Gabinete. O Declarante afirmo que pelo seu conhecimento este serviço não foi prestado, ou seja estes ônibus não foram utilizados para a realização de mutirões ou outras ações da Defensoria. Afirmo que neste período não houve deslocamento de pessoal ou pagamento de diárias para Defensores e Servidores. Afirmo que não conhece a empresa Mundial Viagens e nem seus proprietários. Afirmo com relação à nota fiscal de serviços 022/2011, no valor de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), considera que efetivamente o serviço não foi prestado, até porque o início do período de locação é as vésperas do feriado de aniversário de Cuiabá. Afirmo que a Defensoria tinha no quadro de servidores 04 motoristas e não tinha condições de conceder motoristas para todos os carros locados, ônibus, e vans (...)” (Sic, fls. 290/291)

Muito embora o requerido André Luiz Prieto alegue em sua contestação que as declarações prestadas pelo Sr. Walter de Arruda Fortes sejam imbuídas pelo sentimento de vingança, na medida em que o servidor foi demitido em razão das suspeitas de comportamento que fere os bons costumes, não fez prova dos fatos alegados.

Ademais, ainda que os fatos alegados pelo demandado fossem verídicos, as declarações prestadas por Walter de Arruda Fortes demonstram sintonia com as prestadas pelo requerido Luciomar Araújo Bastos, na medida em que o requerido afirmou que os serviços foram prestados de forma parcial, apesar da Defensoria Pública ter efetivado o pagamento integral, in verbis:

“Afirmo que reconhece a nota fiscal e fatura de serviços constantes à fls.183, nota fiscal nº 22/2011, da empresa Mundial Turismo relativa a serviços de locações de ônibus, micro-ônibus e vans para a Defensoria no valor de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais). Afirmo que a nota foi realmente emitida e os veículos colocados à disposição de Defensoria. Afirmo que no entanto somente os ônibus é que foram utilizados e os micro-ônibus e as vans foram devolvidas a empresa sem utilização. (...) Esclarece que o valor da nota fiscal foi pago integralmente pela Defensoria e como só foram utilizados os ônibus a Defensoria ficou com um crédito, afirmo que comunicou a Defensoria sobre este crédito e solicitou o nome do banco, agência e conta para devolução e depois ficou sabendo que os veículos seriam solicitados novamente e utilizados no mês seguinte. O declarante ficou aguardando e até o momento a situação ainda não foi regularizada e o declarante tem documento que comprovam a situação (...)” (Sic, fls. 297)

Inobstante o demandado Luciomar Araújo Bastos ter afirmado que os serviços foram prestados de modo parcial, não foram acostados aos autos qualquer elemento probatório, por qualquer dos requeridos, para comprovar a utilização dos serviços, ainda que de modo parcial.

Conforme consta na cláusula 4.2 do instrumento contratual firmado, era obrigação da Defensoria Pública emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia e hora de cada evento. Contudo, não foi apresentado pelos requeridos nenhum itinerário, roteiro, diário de bordo ou programas de mutirões que comprovassem a efetiva utilização dos veículos locados.

Além disso, nota-se pelo instrumento contratual, cláusulas 3.2. e 3.3., assim como pela fatura nº 022/2011, que além dos veículos, cabia a empresa requerida disponibilizar motoristas para atender a demanda da Defensoria Pública. Assim sendo, a empresa demandada poderia ter arrolado os motoristas que prestaram os serviços, a fim de comprovar a utilização dos veículos, entretanto, não o fez.

Outrossim, analisando os documentos apresentados pela empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda, com o fim de demonstrar a prestação de serviço à Defensoria Pública, nota-se que não possuem qualquer relação com os fatos narrados.

Isso porque, a cópia do contrato dos fretamentos de ônibus utilizados em favor da Defensoria Pública, firmado com a empresa Doannytur em 31.01.2012, era para serviços prestados em fevereiro de 2012. Ocorre que, os serviços de locação de ônibus, micro-ônibus e vans discriminados na fatura nº 022/2011, foram para o período de 07.04.2011 a

14.04.2011, razão pela qual não possuem qualquer relação com o fato dos autos (fl. 362).

No mesmo sentido é a cópia de pagamento de fretamento de micro-ônibus firmado com a empresa Evatur Transportes Ltda, utilizado em favor da Defensoria Pública de Mato Grosso. Analisando o recibo apresentado no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), infere-se que é relativo a serviço prestado em 01.02.2012, ou seja, período diverso daquele previsto na fatura nº 022/2011.

Ademais, conforme confirmado pelo demandado Luciomar Araújo Bastos, não houve a utilização de micro-ônibus pela Defensoria Pública. Portanto, o documento apresentado não guarda relação com os fatos apurados nos autos.

Em relação ao documento enviado pela empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda, informando acerca de saldo remanescente, nota-se que não foram protocolados no protocolo geral daquela instituição, mas diretamente no gabinete do requerido André Luiz Prieto, consoante o carimbo de recebimento, fato que causa estranheza, conforme assentado no Parecer nº 025/2012, o qual recomendou a instauração de processo administrativo disciplinar em face do requerido André Luiz Prieto (fl. 363 e 663).

Nesse ponto, registro que, o próprio primeiro Sub-corregedor Geral da Defensoria Pública, relator do Parecer nº 025/2012, pontuou a estranheza do Ofício SN/DPG/MT, da lavra do requerido André Luiz Prieto, no qual o demandado informa que “pretende fazer uso do saldo remanescente em outras atividades e projetos desenvolvidos pela instituição”, na medida em que não cabia ao requerido dispor dos recursos da instituição da maneira que achasse conveniente (fl. 663).

Assim, resta evidenciado que, inobstante o pagamento integral da quantia de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), os serviços contratados não foram devidamente prestados, fato que causou dano ao erário e, via de consequência, importou enriquecimento ilícito de terceiros.

Em que pese os requeridos Mundial Viagens e Turismo Ltda e Luciomar Araújo sustentarem que os veículos foram locados pela Defensoria Pública, não sendo responsáveis pela suposta inutilização da instituição, o próprio requerido Luciomar Araújo confirmou em sede extrajudicial que os serviços foram parcialmente prestados. No entanto, nem a prestação parcial dos serviços foi capaz de comprovar.

Assim, considerando que os requeridos não fizeram prova disponibilização de veículos e motoristas em favor Defensoria Pública no período de 07.04.2011 a 14.04.2011, resta configurado o dano ao erário, uma vez que houve o pagamento integral por serviços que não foram fornecidos.

Ademais, o requerido Luciomar Araújo Bastos, na condição de sócio proprietário da empresa Mundial Turismo tinha plena ciência de que o valor foi pago de modo integral, mesmo sem ter ocorrido a efetiva prestação de serviço.

Outrossim, analisando os autos, percebo que as informações prestadas pelo demandado André Luiz Prieto em sede extrajudicial foram genéricas e pouco esclarecedoras. Em Juízo o requerido não trouxe qualquer fato que comprovasse a utilização de serviços que importaram um pagamento, por ele autorizado, de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais).

Muito embora o demandado possa não se recordar de todos os eventos ocorridos durante a sua gestão como Defensor Público Geral, poderia ter diligenciado no sentido de trazer elementos que atestassem os eventos ocorridos como diárias pagas aos servidores, designações de servidores para atender os mutirões, roteiros de viagens, programas atendidos, enfim, qualquer elemento de prova por ele indicado, uma vez que atuou na condição de ordenador da despesa.

Com efeito, nos termos do art. 11, incisos X e XXIII, da Lei Complementar nº 146, de 29 de dezembro de 2003, compete ao Defensor Público Geral fiscalizar as atividades de todos os órgãos, agentes e servidores da instituição, sem prejuízo da fiscalização afeta ao Corregedor-Geral; assim como requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública.

Deste modo, não é crível que o requerido André Luiz Prieto, na condição de Defensor Público Geral, tenha autorizado o pagamento de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), atestado a sua prestação no próprio gabinete e, posteriormente, não saiba informar dados essenciais sobre a execução do contrato.

Destarte, verifico que os requeridos André Luiz Prieto, Mundial Viagens e Turismo Ltda e Luciomar Araújo Bastos não desincumbiram de trazer aos autos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos alegados na exordial, razão pela qual, à vista da irregularidade constatada na locação de veículos objeto da fatura nº 022/2011 e pelos documentos acostados aos autos, entendo evidenciada a prática do ato de improbidade que causou dano ao erário, previsto no art. 10, caput, incisos I e XII da Lei 8.429/92, in verbis:

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

(...)

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;”

Com efeito, in casu, além da perfeita subsunção do fato à norma, mostra-se presente o elemento subjetivo na conduta dos requeridos.

É cediço que “para a configuração do ato de improbidade não basta apenas a presença de uma das hipóteses elencadas na Lei nº 8.429/92, sendo imperiosa a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo para os tipos previstos nos arts. 9º e 11 e, ao menos, pela culpa grave, nas hipóteses do art. 10, de sorte que a improbidade administrativa não se caracteriza por meio de responsabilização objetiva dos agentes públicos” (MS 16385/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe de 13/06/2012)

Outrossim, segundo a jurisprudência do STJ, “o dolo que se exige para a configuração de improbidade administrativa é a simples vontade consciente de aderir à conduta, produzindo os resultados vedados pela norma jurídica - ou, ainda, a simples anuência aos resultados contrários ao Direito quando o agente público ou privado deveria saber que a conduta praticada a eles levaria -, sendo despiciendo perquirir acerca de finalidades específicas. Em resumo: trata-se do 'dolo genérico' ou simplesmente 'dolo' (desnecessidade de 'dolo específico' ou 'especial fim de agir')”. (EDcl no Ag 1.092.100/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 31/5/2010)

Nesse sentido, colaciono o recente julgado do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, in verbis:

“RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – REPASSE DE PARTE DO VENCIMENTO DE SERVIDORA PÚBLICA COMO EXIGÊNCIA PARA OCUPAR E SE MANTER EM CARGO COMISSIONADO – PAGAMENTOS SUPOSTAMENTE DECORRENTES DE EMPRÉSTIMO ENTRE PARTICULARES – NÃO COMPROVAÇÃO – CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA A IMPROBIDADE PRATICADA PELO AGENTE PÚBLICO – ALEGADA AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ NA PRÁTICA DO ATO TIDO COMO ÍMPROBO – SUFICIÊNCIA DO DOLO GENÉRICO PARA CONFIGURAÇÃO DA IMPROBIDADE – HIPÓTESE ENQUADRADA NOS ARTS. 9º E 11 DA LEI Nº 8.429/92 – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO.

1. Havendo provas robustas nos autos quanto ao repasse de parte do vencimento de servidora pública como exigência para ocupar e permanecer em cargo comissionado, impõe-se o reconhecimento inequívoco da prática de atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito e afrontam os princípios que norteiam a administração pública, tipificados nos arts. 9º e 11 Lei n. 8.429/92.

2. Afasta-se alegação de que os valores recebidos mediante transferência na conta bancária do agente público eram provenientes de empréstimo particular quando esta tese não encontra amparo no conjunto probatório e, sobretudo, na prova documental produzida extrajudicial e judicialmente.

3. Para a incidência da Lei n. 8.429/92, é necessária a presença de má-fé ou dolo do agente público, mas esse dolo, vale dizer, não é o específico e sim o genérico, o qual se caracteriza com o simples fato de se conhecer o que faz e querer fazer com vontade livre e consciente, conduzindo-se deliberadamente contra as normas legais e o patrimônio público.

4. Demonstrada a prática do ato ímprobo apurado nos autos, imperiosa a manutenção da sentença que, julgando procedente a ação de improbidade administrativa quanto ao agente público, o condena às penas de devolução dos valores acrescidos ilicitamente e de multa civil em duas vezes o montante daqueles” (N.U 0018616-83.2013.8.11.0002, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PÚBLICO, MARIA APARECIDA RIBEIRO, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Julgado em 26/05/2020, Publicado no DJE 05/06/2020)

No caso análise, restou patente a presença do dolo genérico em relação ao requerido André Luiz Prieto, pois, em razão do cargo ocupado e da função de ordenador de despesas, de forma livre e consciente, ordenou o pagamento da quantia de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais) a empresa requerida, atestando à prestação dos serviços de modo pouco usual, em seu gabinete, sem que estes tenham sido efetivamente prestados.

Além do dolo, os elementos constantes nos autos apontam, sem dúvida razoável, para a culpabilidade do requerido, consubstanciada no conhecimento potencial da ilicitude em sua conduta, reveladora da má-fé. Ora, o requerido atestou a prestação dos serviços de forma pouco usual, em seu gabinete. E, conforme resai dos autos, inclusive do Relatório do Tribunal de Contas do Estado, o pagamento de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais) foi efetuado sem que houvesse à efetiva prestação dos serviços, contrariando o disposto nos art. 62 e 63 da Lei 4.320/64, in verbis:

“ Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.”

Nesse sentido, denota-se que o requerido André Luiz Prieto concorreu dolosamente para o dano erário, no importe de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais).

Da mesma forma, resta comprovado do dolo na conduta do requerido Luciomar Araújo Bastos.

O requerido Luciomar Araújo Bastos, na condição de sócio proprietário da empresa Mundial Viagens e Turismo Ltda, emitiu fatura de serviço que nunca prestou, fato que demonstra a intenção do agente em causar dano ao erário e, via de consequência, beneficiar-se do ato ímprobo, assim como a empresa Mundial Viagens Turismos Ltda.

Com efeito, as disposições da Lei de Improbidade são aplicáveis, àquele que mesmo não sendo agente público, seja beneficiado pelo ato ímprobo (art. 3º da LIA).

Ademais disso, não há dúvida que a conduta praticada por Luciomar Araújo Bastos, enquadra-se também ao caput do art. 11 da LIA, pois restou evidente a violação do dever de honestidade e lealdade às instituições.

Deste modo, nota-se que a conduta lesiva dos requeridos André Luiz Prieto e Luciomar Araújo Bastos, provocou dano ao erário e, ainda, violou os princípios da Administração Pública.

Por todo o exposto, resta configurada, assim, a conduta ímproba dos requeridos, sendo a procedência dos pedidos medida que se impõe.

De outro modo, no que tange ao requerido Emanuel Rosa de Oliveira, entendo que os elementos probatórios são frágeis acerca da sua participação nas irregularidades da locação dos veículos.

A prova trazida aos autos para demonstrar a associação daquele aos demais requeridos, é o fato do ex-assessor do Defensor Público Geral ter atestado recebimento da fatura nº 022/011, em 18.04.2011.

Ocorre que, o fato desse requerido ter atestado o recebimento na fatura não necessariamente demonstra sua intenção em lesar o erário, tampouco evidencia o seu desleixo e negligência em relação à coisa pública, elementos que evidenciariam a culpa grave.

Ressai dos autos um Termo de Declaração Expressa de Responsabilidade Civil e Penal, da lavra do requerido André Luiz Prieto, no qual o ex Defensor Público Geral assentou que o requerido Emanuel Rosa de Oliveira, seu chefe de gabinete à época dos fatos, não era responsável pelo ordenamento despesas e não atestava as notas fiscais de qualquer natureza (fl. 1.060).

Ademais, segundo o documento, as funções do requerido Emanuel Rosa de Oliveira, na qualidade de chefe de gabinete do Defensor Público Geral, “se limitava em receber os expedientes e correspondências que chegavam no órgão, despachava com o Defensor Geral todos os expedientes e, cumprindo as determinações do Defensor Geral, encaminhava esses expedientes aos setores competentes para as devidas providências, era o responsável pelo agendamento da chefia da Defensoria Pública, atendia ao público em geral que comparecia no gabinete do Defensor Público Geral”.

Não há nos autos, portanto, prova segura e suficiente para impor ao requerido Emanuel Rosa de Oliveira a condenação pela prática de ato de improbidade administrativa, pois, apesar de evidenciadas as irregularidades na locação dos veículos, remanescem dúvidas razoáveis sobre a efetiva participação, bem assim quanto ao dolo e/ou culpa grave.

A análise do cometimento ou não de ato de improbidade administrativa pressupõe a verificação do elemento subjetivo do agente, tendo em vista que sua constatação não é de natureza objetiva. Logo, ainda que exista prova acerca das fraudes perpetradas, não há provas contundentes acerca da participação do requerido.

Sobre a necessidade de comprovação do elemento subjetivo da conduta, aponta a jurisprudência dos Tribunais pátrios:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 11 DA LEI N. 8.429 /92. PRECATÓRIO. INOBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO. CONDUTA DOLOSA NÃO COMPROVADA. SÚMULA 7/STJ. 1. O entendimento do STJ é no sentido de que, "para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo para os tipos previstos nos artigos 9º e 11 e, ao menos, pela culpa, nas hipóteses do artigo 10." (AgRg no AgResp 21.135/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 23/4/2013). 2. Examinar os elementos fático-probatórios coligidos aos autos, para rever as conclusões do Tribunal de origem sobre a existência, ou não, de dolo na conduta do agente imputado por ato de improbidade, é medida impossível em sede de recurso especial, ante o que preceitua a Súmula 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento". (STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AgRg no AREsp 403537 SP 2013/0326019-6 - Data de publicação: 30/05/2014).

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL INCOMPATÍVEL COM A RENDA ENQUANTO OCUPAVA CARGO PÚBLICO NA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL. INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 9º, VII, E 12, I, AMBOS, DA LEI Nº 8.429/92. ATOS DE IMPROBIDADE NÃO COMPROVADOS. – [...] Segundo o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, os atos cometidos por VERA LÚCIA DE PAULA COSTA estão disciplinados na Lei de Improbidade, em especial, nos artigos 9º, VII, e 12, I, ambos, da Lei nº 8.429/92 - No caso do art. 9, da Lei nº 8.429/92, a configuração da prática de improbidade administrativa depende da presença dos seguintes requisitos genéricos: recebimento de vantagem indevida (independente de prejuízo ao erário); conduta dolosa por parte do agente ou do terceiro; e nexa causal ou etiológico entre o recebimento da vantagem e a conduta daquele que ocupa cargo ou emprego, detém mandato, exerce função ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º da Lei de improbidade administrativa - Após análise do conjunto probatório, não há provas concretas de que as denúncias feitas contra VERA LÚCIA DE PAULA COSTA são verídicas - Remessa oficial e apelação do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL improvidas". (TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL Ap 00008399720054036121 SP - Data de publicação: 21/03/2019).

Assim sendo, uma vez que os indícios colhidos durante a fase inquisitiva utilizados para embasar a propositura da ação não se confirmaram na fase judicial, a condenação pretendida não merece prosperar quanto ao demandado Emanuel Rosa de Oliveira.

3. Penas:

Passo a sopesar as sanções a serem aplicadas aos requeridos André Luiz Prieto, Mundial Viagens e Turismo Ltda e Luciomar Araújo Bastos.

A Constituição Federal, em seu art. 37, § 4º, estabelece as penalidades cabíveis para a hipótese de configuração de ato ímprobo:

“Os atos de improbidade administrativa importarão à suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”

No âmbito da legislação infraconstitucional, essas penas foram reguladas, especificamente, pelo art. 12 da Lei nº 8.429/92, sendo que, nos casos de ato de improbidade administrativa capitulado no art. 10 de referida legislação, as sanções são previstas pelo inciso II daquele dispositivo, in verbis:

II – “na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;”.

Nessa perspectiva, em análise às peculiaridades do caso concreto, entendo que todas as sanções previstas devem ser aplicadas cumulativamente, como forma de reprimir atos da mesma espécie.

Além disso, na hipótese, há de ser aplicada ao requerido André Luiz Prieto a sanção da perda da função pública, na medida em que restou demonstrado que o demandado no exercício do cargo de Defensor Público Geral praticou conduta que causou dano ao erário e, ainda, afrontou os princípios da Administração Pública. Assim, a sanção aplicada revela-se proporcional à gravidade da conduta praticada pelo requerido.

Por fim, tenho que as condutas dos requeridos que provocaram dano ao erário e, ainda, atentaram contra os princípios da administração pública, não reclamam aplicação das sanções além do mínimo legal.

4. Dispositivo:

Pelo exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na presente Ação Civil Pública, o que faço para CONDENAR os requeridos André Luiz Prieto, Mundial Viagens e Turismo Ltda e Luciomar Araújo Bastos pela prática de ato de improbidade administrativa previsto no

art. 10, caput, inciso I e XII, da Lei nº 8.429/1992; por outro lado, JULGO improcedentes os pedidos em relação ao requerido Emanuel Rosa de Oliveira.

Ao requerido André Luiz Prieto aplico às seguintes sanções: i) Ressarcimento integral do dano ao erário do valor de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), de modo solidário, a ser devidamente corrigido e com juros moratórios que incidirão a partir da data do desembolso dos valores pela Defensoria Pública, nos termos do art. 398 do CC e Súmulas 43 e 54 do STJ, os quais deverão ser revertidos à entidade lesada, qual seja, Defensoria Pública de Mato Grosso; ii) Perda da Função Pública; iii) Suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 05 (cinco) anos; iv) Pagamento de multa civil, de modo individual, correspondente ao valor do dano, ou seja, R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), com incidência de correção monetária e juros moratórios, nos termos do art. 398 do CC e Súmulas 43 e 54 do STJ; v) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Ao requerido Luciomar Araújo Bastos, aplico às seguintes sanções: i) Ressarcimento integral do dano ao erário do valor de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), de modo solidário, a ser devidamente corrigido e com juros moratórios que incidirão a partir da data do desembolso dos valores pela Defensoria Pública, nos termos do art. 398 do CC e Súmulas 43 e 54 do STJ, os quais deverão ser revertidos à entidade lesada, qual seja, Defensoria Pública de Mato Grosso; ii) Suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 05 (cinco) anos; iii) Pagamento de multa civil, de modo individual, correspondente ao valor do dano, ou seja, R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), com incidência de correção monetária e juros moratórios, nos termos do art. 398 do CC e Súmulas 43 e 54 do STJ; iv) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

À requerida Mundial Viagens e Turismo Ltda aplico às seguintes sanções: i) Ressarcimento integral do dano ao erário do valor de R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), de modo solidário, a ser devidamente corrigido e com juros moratórios que incidirão a partir da data do desembolso dos valores pela Defensoria Pública, nos termos do art. 398 do CC e Súmulas 43 e 54 do STJ, os quais deverão ser revertidos à entidade lesada, qual seja, Defensoria Pública de Mato Grosso; ii) Pagamento de multa civil, de modo individual, correspondente ao valor do dano, ou seja, R\$ 41.960,00 (quarenta e um mil novecentos e sessenta reais), com incidência de correção monetária e juros moratórios, nos termos do art. 398 do CC e Súmulas 43 e 54 do STJ; iii) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Condeno, ainda, os requeridos ao pagamento das custas e despesas processuais, deixando de aplicar a condenação em relação aos honorários advocatícios, por serem incabíveis ao Ministério Público.

Transitada em julgado a sentença, promovam-se as devidas anotações junto ao "Cadastro Nacional dos Condenados por Improbidade – CNJ".

Registrada nesta data no sistema informatizado.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Transitada em julgado, certifique-se e, após as cautelas de praxe, arquivem-se os autos.

Cuiabá, 28 de Julho de 2020.

BRUNO D' OLIVEIRA MARQUES

Juiz de Direito

22/06/2020

Certidão de Publicação de Expediente

Certifico que o movimento "Certidão de conversão de tipo de tramitação (Híbrido)", de 09/06/2020, foi disponibilizado no DJE nº 10758, de 22/06/2020 e publicado no dia 23/06/2020, onde constam como patronos habilitados para receberem intimações: ROBERTO APARECIDO TURIM - PROMOTOR DE JUSTIÇA - OAB:, representando o polo ativo; e FERNANDA CARVALHO BAUNGART - OAB:15.370/MT, INGRID DE SOUZA EICKHOFF - OAB:10.216/MT, JOAO PERON - OAB:3060/MT, LUIZ ALBERTO DERZE V. CARNEIRO - OAB:OAB/MT 15.074, LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO - OAB:15.074/MT, RAFAEL CATISTE TENÓRIO - OAB:16331/MT, RICARDO GOMES DE ALMEIDA - OAB:5.985/MT, representando o polo passivo.

19/06/2020